

O CÁRCERE FEMININO PARA ALÉM DA PENA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE INVISIBILIDADE E ABANDONO

Samuel Ferreira de Almeida; Lauren Colpo Kipper; Marcelo Moreira Cezar.

O presente trabalho apresenta as singularidades da atuação profissional com mulheres privadas de liberdade, desenvolvida em contexto de estágio em psicologia, e tem como objetivo evidenciar os processos de exclusão e invisibilidade social que atravessam a realidade das mulheres no cárcere. Historicamente, o sistema prisional brasileiro foi estruturado majoritariamente com base na lógica disciplinar voltada ao público masculino (Foucault, 1987), o que dificulta para que as necessidades do público feminino sejam atendidas e enquadra as mulheres duplamente na margem da sociedade: uma vez por serem privadas de liberdade, e outra por serem mulheres, o que as torna invisibilizadas nas discussões institucionais e políticas públicas. Nesse contexto, Spivak (2010) problematiza os obstáculos encontrados por determinados grupos da sociedade para o reconhecimento de suas demandas em espaços de poder, o que evidencia a subalternidade relacionada a não validação das experiências vividas por grupos socialmente marginalizados. Justifica-se a escrita deste trabalho, pela necessidade de refletir sobre os diversos atravessamentos sociais que emergem no contexto do sistema prisional feminino e pelo seu impacto na saúde mental das detentas.

Este escrito configura-se como um relato de experiência, desenvolvido a partir da vivência de dois acadêmicos, do quinto semestre e oitavo semestre do Curso de Psicologia da Universidade Franciscana (UFN) em um campo de estágio realizado na ala feminina de um presídio misto no interior do estado do Rio Grande do Sul, e que objetivava a criação de um grupo com mulheres privadas de liberdade, visando realizar encontros terapêuticos por meio da realização de artesanatos diversos, o que permitia que as mulheres estivessem à vontade para conversar e trazer suas demandas. Os grupos estão acontecendo desde o início do mês de abril, com frequência semanal, e duração de aproximadamente duas horas, tendo como público 11 mulheres em cumprimento de pena em regime fechado, em uma faixa etária de 25 a 67 anos, voluntariamente inscritas e com frequência ativa. Ressalta-se ainda, que foram adotadas medidas para preservação do anonimato e respeito às diretrizes institucionais durante todo o período de estágio e escrita deste trabalho.

Os grupos desenvolvidos com as mulheres privadas de liberdade foram uma experiência radicalmente distinta do que se tinha conhecimento pelos estagiários até o momento. Previamente, os acadêmicos haviam realizado um projeto com alguns homens privados de liberdade, alocados na mesma instituição, onde foi possível perceber-se que enquanto os homens possuem referências externas, normalmente familiares ou conjugais, as mulheres não parecem amparadas por ninguém. Aquelas que possuíam filhos, se mostraram fortemente apegadas a eles, porém as mulheres que não possuíam filhos, transpareciam indiretamente em seu discurso estarem abandonadas à margem da sociedade além de estarem esquecidos por quem exercia um papel importante durante suas vidas em liberdade. São poucos os relatos sobre os namorados, maridos, ou mães que as visitam ou, ao menos, que demonstram apoio às apenadas. Assim, além de carências emocionais, às mulheres presas também carecem de itens básicos de higiene pessoal e roupas, principalmente no frio, dependendo exclusivamente de doações cedidas pelo presídio. Considerando esta visão, é impossível desvincular o abandono sofrido pelas mulheres encarceradas como fruto direto do machismo estrutural presente no Brasil. A negligência afetiva e familiar sofrida resulta do pensamento incrustado em nossa sociedade de que as mulheres têm mais responsabilidade de suas atitudes em relação aos homens e por isso devem enfrentar as consequências e suportá-las sozinhas. Tal pensamento é similar ao que normaliza mães solo em nosso país, ou que culpabiliza as roupas usadas pela mulher em uma situação de violência sexual. Conforme discute Beauvoir (2016), a condição de mulher é construída a partir de responsabilidades específicas e socialmente impostas, e o rompimento com estas responsabilidades impõe às mulheres um julgamento severo decorrente da rejeição social devido às transgressões das expectativas de gênero, que é também acompanhada pela crença que normaliza o abandono das feminino. Esta lógica pode ser comprovada quando aborda-se a falta de visitas no sistema penitenciário feminino, a fragilização de vínculos familiares ou o abandono por parceiros afetivos, narrativas frequentes por parte das mulheres apenadas.

Durante os encontros, enquanto era proposta a prática de artesanatos, os pensamentos e crenças de incapacidade foram bastante presentes dentre as apenadas. Quando era solicitado algum auxílio na atividade, este vinha acompanhado de frases que as diminuía e em vários momentos era solicitado que fizéssemos parte do artesanato por acreditarem que não ficaria bom o suficiente. Foi observado também uma maior facilidade das detentas realizarem a parte

manual da atividade e uma extrema dificuldade em criar elementos como formas, significados e decorações dos artesanatos. Já em grupos que prevaleciam o incentivo a fala direta a respeito de si e de suas histórias, as mulheres espontaneamente optaram por escrever seus relatos e entregá-los confidencialmente aos coordenadores do grupo, demonstrando insegurança em relação a sua exposição perante as demais, ainda que todas as participantes tivessem grande proximidade e entrosamento. Tais dificuldades expressadas pelas mulheres em relação a autonomia ou a insegurança podem ser interpretadas, a partir do pensamento de Goffman (2001), como efeitos do sistema penitenciário como instituição total, que implica na mortificação do *eu*, acarretando em uma perda identitária significativa e em processos de institucionalização que moldam a forma de existir e se portar de acordo com aquilo que está instituídos e tende a ser normalizado pelos sujeitos. Estes aspectos, também dialogam com a frequente presença de falas sobre as expectativas após o cumprimento da pena - para o caso daquelas que percebiam possibilidade de um final em seu período de cárcere, uma vez que a grande maioria não possui essa visualização - e notou-se que aquelas que abordavam o assunto de maneira aberta e otimista, acabavam por assumir um papel de “conselheiras” das demais, sendo procuradas frequentemente para conversas, desabafos e conselhos, aparentando representarem um papel essencial para a constante manutenção da saúde mental das integrantes da cela. Este movimento de suporte pode ser analisado como a presença de movimentos instituintes, que em alguma proporção, resistem e desenvolvem nas mulheres mecanismos de sobrevivência às diversas formas de silenciamentos e invisibilizações produzidas por parte de instituições carcerárias (Lourau, 1993).

Assim, a experiência relatada evidencia a importância de desconstruir lógicas marcadas pelo machismo estrutural, que responsabiliza de forma desigual as atitudes das mulheres em relação aos homens. Esta desconstrução, permite que o público feminino receba também um maior amparo, emocional e material, por parte da família, parceiros ou filhos, em suas vidas enquanto encarceradas, aumentando também o sentimento de valorização e capacidade por parte das detentas. Desta forma, poderia se esperar uma maior preservação da saúde mental das mulheres durante o período de pena, além do direito a acessos que deveriam ser assegurados por parte do estado porém, por vezes, falham. Assim, o trabalho grupal em um contexto penitenciário feminino que foi desenvolvido pelos acadêmicos, além de formá-los criticamente diante dos processos de estigmatização que marcam a vida das pessoas

privadas de liberdade e somar na profissionalização como futuros psicólogos comprometidos socialmente, a experiência reforça a potencialidade de espaços coletivos como dispositivos capazes de valorizar experiências individuais por meio da escuta e da legitimação de demandas, o que a longo prazo facilitará também o processo de ressocialização após a liberdade.

REFERÊNCIAS:

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LOURAU, René. *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.